

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Moju**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

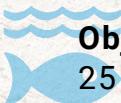
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Moju x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Moju x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Moju x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Moju x RI Tocantins x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Moju (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, observa-se certa estabilidade na taxa de pobreza nos três níveis analisados. No município de Moju, a taxa oscilou levemente entre 63,0% (2019) e 62,1% (2021). A RI Tocantins apresentou comportamento similar, mantendo-se na faixa dos 54-55%. Já o estado do Pará registrou os menores percentuais do grupo, com pequena variação entre 41,6% e 42%, sugerindo uma situação menos crítica em termos comparativos regionais nesse triênio inicial (Gráfico 1).

Em 2022, houve um salto expressivo na taxa de pobreza, com Moju atingindo 76,2%, a RI Tocantins chegando a cerca de 74%, e o Pará a 59,0%. Esse aumento abrupto é coerente com os efeitos socioeconômicos agravados pela pandemia de COVID-19, especialmente a elevação do desemprego e a perda de renda, que impactaram de forma mais acentuada populações vulneráveis e municípios com menor estrutura socioeconômica, como Moju (Gráfico 1).

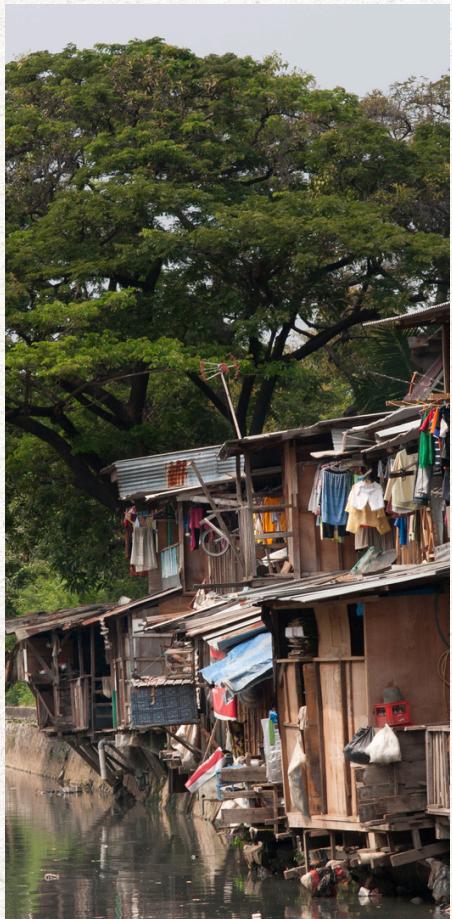
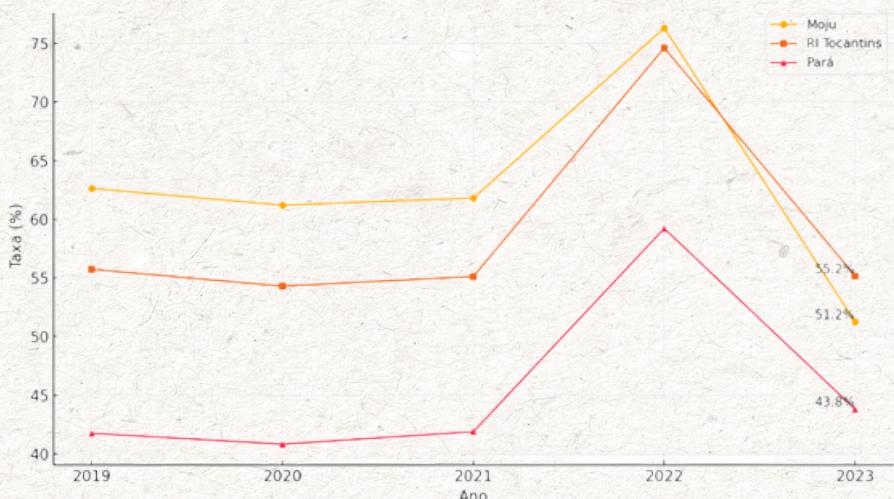




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No que tange aos gastos públicos com serviços essenciais, o município de Moju inicia 2019 com um valor expressivo de 77,9%, mantendo nível alto em 2020 (73,5%). Contudo, em 2021 e 2022, há uma queda abrupta para 0%, possivelmente indicando ausência de registro ou falhas na execução ou alocação dos recursos categorizados como “serviços essenciais” nesse período, ou ainda problemas na transparéncia e contabilização desses dados (Gráfico 2).

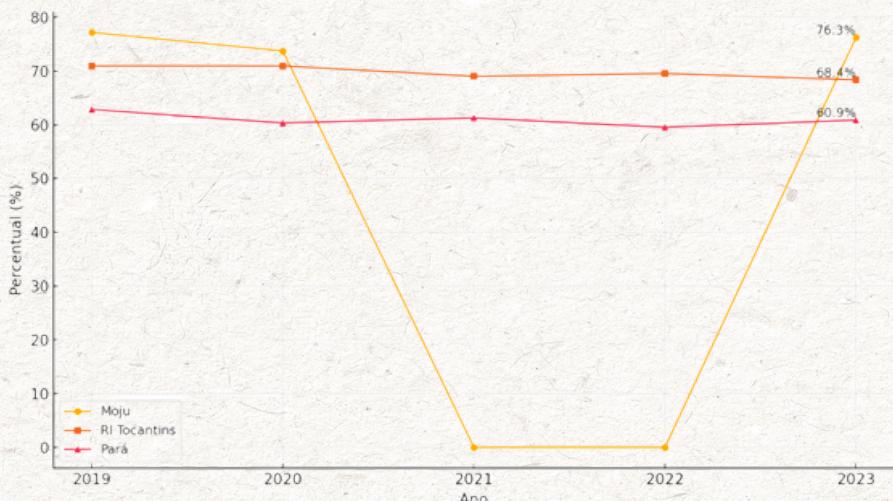
Enquanto isso, tanto a RI Tocantins quanto o Estado do Pará mantêm níveis de gasto relativamente estáveis ao longo de todo o período. A RI oscila levemente entre 71,3% e 68,4%, e o Pará entre 63,0% e 60,9%. Esse comportamento coeso sugere uma gestão mais contínua dos recursos públicos essenciais nessas esferas, o que contrasta com a instabilidade vista em Moju (Gráfico 2).

Em 2023, Moju retoma o padrão elevado de gastos, alcan-

çando 76,3%, o que pode indicar uma retomada administrativa, recomposição orçamentária ou correção de falhas anteriores. Essa recuperação é positiva, mas o hiato de dois anos sem despesa registrada pode ter comprometido a oferta de serviços essenciais e contribuído, inclusive, para o aumento da taxa de pobreza observado em 2022 (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Moju, observou-se uma redução significativa na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, passando de aproximadamente 9,8% em 2019 para 8,0% em 2023. A trajetória descendente foi particularmente acentuada entre 2019 e 2020, sinalizando possíveis melhorias nas condições de saúde materno-infantil, pré-natal ou nutrição nesse período. No entanto, é importante notar que, a partir de 2021, Moju passou a apresentar um desempenho inferior à média estadual (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Tocantins, a trajetória foi distinta. Após relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com taxas em torno de 8%, o indica-

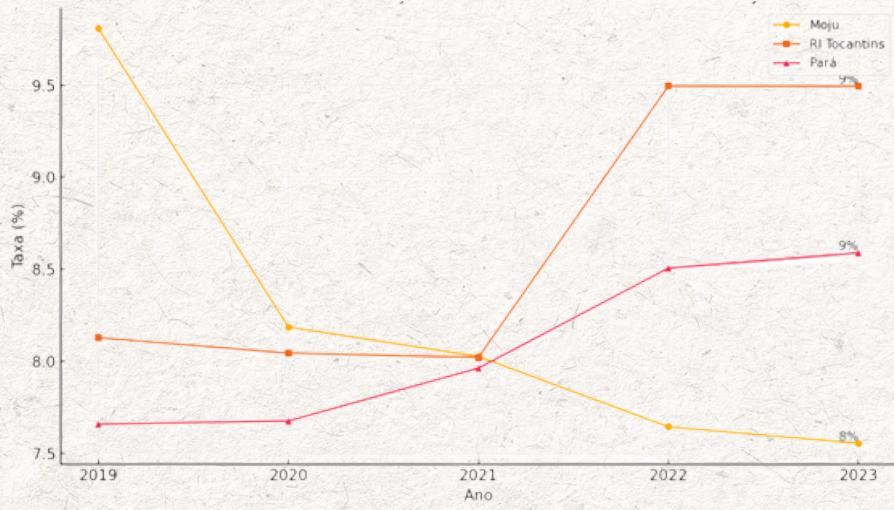
dor saltou para 9,5% em 2022 e se manteve nesse patamar em 2023, sugerindo um agravamento das condições perinatais ou falhas no acompanhamento pré-natal regional. Esse comportamento revela um descolamento negativo da RI em relação ao município de Moju, que seguiu em tendência oposta (Gráfico 3).

No estado do Pará, o indicador mostrou crescimento gradual, passando de 7,7% em 2019 para 9,0% em 2023. Esse aumento contínuo indica uma piora sistêmica nas condições de nascimento no estado como um todo, mesmo que o crescimento tenha sido menos brusco que o observado na RI Tocantins.

A curva ascendente reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde reprodutiva e à atenção básica nos municípios do estado (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

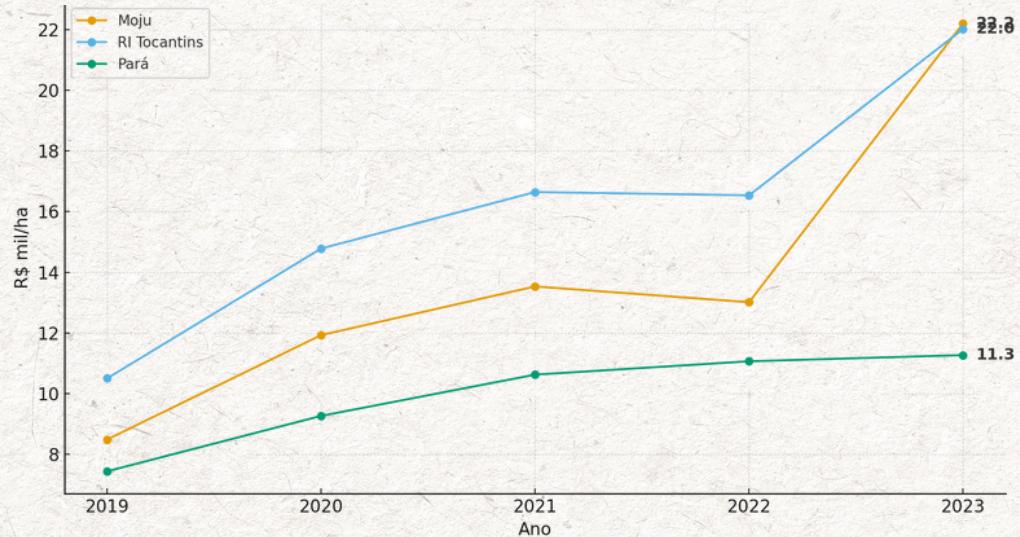


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

O Moju apresentou trajetória consistentemente ascendente, partindo de R\$ 8,6 mil/ha em 2019 e alcançando R\$ 12,0 mil/ha em 2020, crescimento de 39%. Em 2021 a produtividade chegou a R\$ 13,8 mil/ha, seguida por leve recuo a R\$ 13,2 mil/ha em 2022. O avanço mais expressivo ocorreu em 2023, quando o indicador atingiu R\$ 22,1 mil/ha, representando expansão total de 156% no quinquênio. Essa progressão revela ganhos sustentados em eficiência agrícola e adoção de práticas tecnológicas (Gráfico 4).

Ao longo do período, o Moju manteve resultados próximos à média da RI Tocantins, que fechou 2023 em R\$ 22,0 mil/ha, demonstrando integração regional na dinâmica produtiva. A convergência dos valores evidencia fortalecimento da base agrícola municipal, sustentado por mecanização e melhoria do uso do solo. Em relação ao Pará, cuja média foi de R\$ 11,3 mil/ha, o desempenho do Moju mais que dobrou o índice estadual, confirmando sua importância como polo produtivo dentro da RI (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22,2 mil / ha , enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil /ha . Portanto, a meta foi alcançada .





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Na Região de Integração Tocantins, a evolução do indicador foi menos volátil. A taxa oscilou entre 16 e 15 por mil entre 2019 e 2021, com um pico em 2022 (cerca de 16,5), voltando a 15 em 2023. Esses números revelam uma relativa estabilidade, porém em um patamar ainda elevado. A ausência de uma tendência clara de queda aponta para desafios persistentes na redução da mortalidade infantil na região, talvez relacionados a desigualdades territoriais de acesso aos serviços de saúde (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

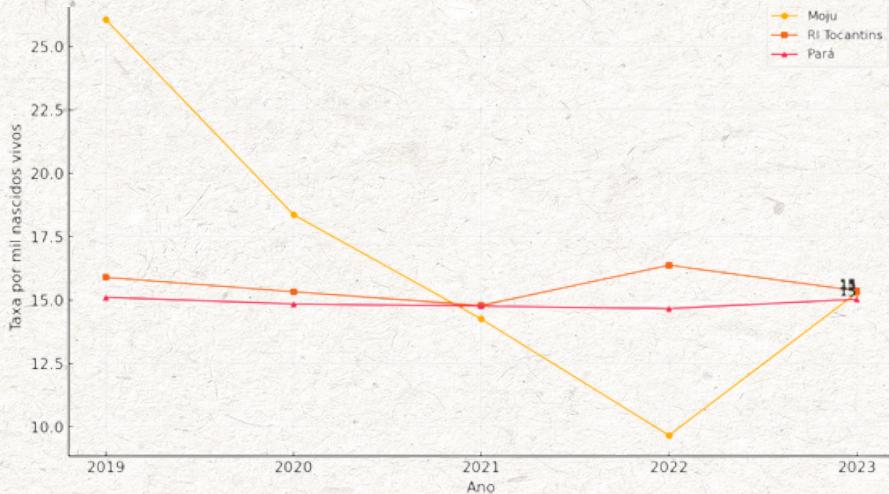
No município de Moju, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma queda expressiva entre 2019 e 2022, saindo de 26 por mil nascidos vivos para um mínimo de cerca de 9 por mil. Essa melhora significativa pode refletir avanços na cobertura de atenção básica, melhoria das condições de parto e neonatal, ou ações específicas de combate à mortalidade infantil. Contudo, em 2023 houve um aumento para 15 por mil, indicando possível oscilação conjuntural ou retrocesso em políticas de saúde locais (Gráfico 5).





No estado do Pará, a taxa manteve-se praticamente estável em todo o período analisado, variando ligeiramente entre 15 e 14,5 por mil nascidos vivos. A estabilidade sugere que, embora o estado não tenha experimentado melhorias significativas na média estadual, também não sofreu retrocessos consideráveis. Isso, porém, pode mascarar desigualdades entre os municípios, como se observa ao comparar Moju, com suas oscilações acentuadas, à média estadual (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

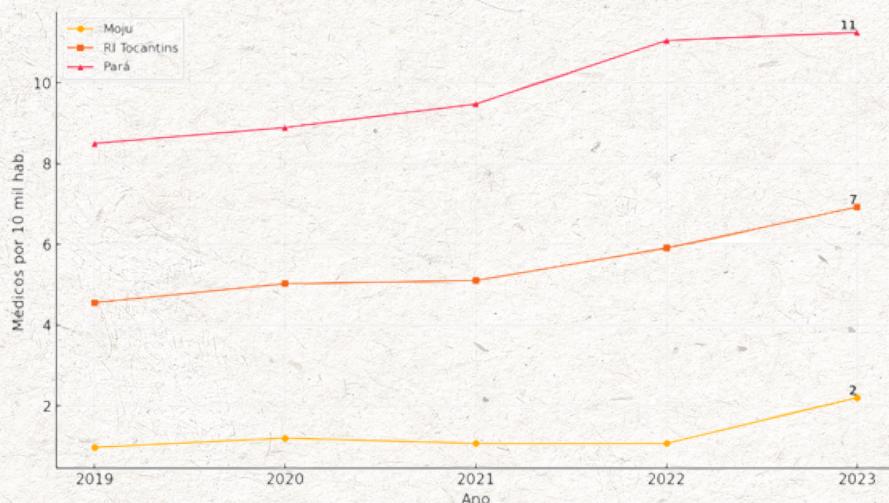
Em Moju, o número de médicos por 10 mil habitantes permaneceu extremamente baixo durante o período, partindo de 0,9 em 2019 e alcançando apenas 2,0 em 2023. Apesar do crescimento observado no último ano, os valores ainda representam um déficit severo de cobertura médica, sobretudo quando comparado às médias regionais e estaduais. Essa escassez pode comprometer a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde no município, refletindo-se, por exemplo, na oscilação da taxa de mortalidade infantil (Gráfico 6).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador teve crescimento contínuo ao longo do período, passando de cerca de 4,6 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 7,0 em 2023. Esse aumento gradual demonstra avanços no provimento de profissionais de saúde, provavelmente impulsionado por políticas regionais de interiorização ou atração de médicos. Ainda assim, o valor permanece abaixo do ideal recomendado por organismos internacionais, o que pode limitar a capacidade de resposta a demandas complexas de saúde pública (Gráfico 6).



No estado do Pará, a evolução foi mais acentuada e positiva: de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11,0 em 2023. O crescimento revela um esforço estadual mais consistente na ampliação do acesso a médicos, possivelmente vinculado a estratégias como contratação por programas federais (ex: Mais Médicos), abertura de concursos ou ampliação de serviços hospitalares e ambulatoriais. Contudo, permanece evidente a disparidade entre centros urbanos e municípios menores como Moju (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Moju, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou uma tendência de queda ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrava aproximadamente 273 vagas por mil habitantes, reduzindo-se progressivamente até atingir 231 em 2023. Essa redução indica possível retração na oferta educacional, seja por fechamento de turmas ou escolas, redução populacional estudantil sem reposição, ou por limitações orçamentárias e estruturais na rede pública local (Gráfico 7).

Na Região de Integração Tocantins, a oscilação foi mais moderada. Houve uma queda inicial entre 2019 e 2020, de 245

para 237 vagas por mil habitantes, seguida de relativa estabilidade até 2022, com um leve aumento, e nova queda em 2023 para 219 vagas. Embora a redução final também seja significativa, o comportamento da série revela esforços de estabilização ou expansão temporária da rede, não observados em Moju, mas insuficientes para reverter a tendência descendente (Gráfico 7).

No estado do Pará, o indicador apresentou uma curva mais constante até 2022, com leve aumento naquele ano, mas caiu significativamente em 2023, alcançando 198 vagas por mil habitantes.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

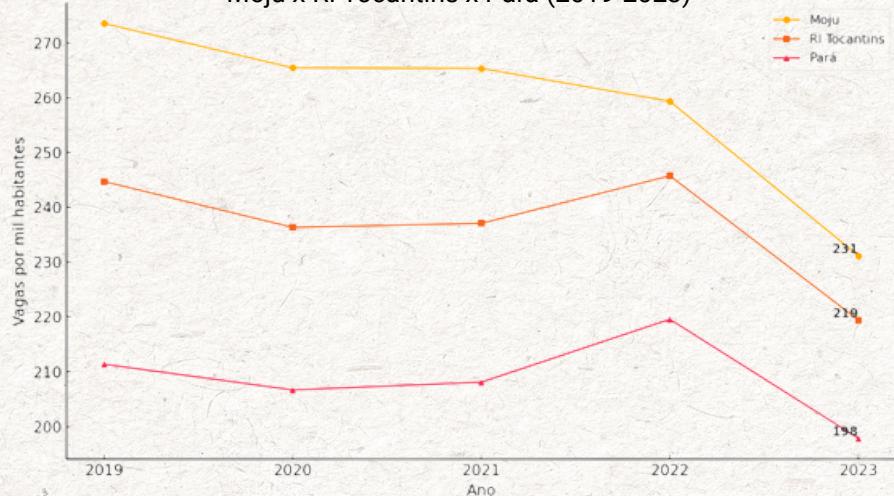
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.



Ainda que os níveis estaduais sejam consistentemente inferiores aos de Moju e da RI Tocantins, a queda em 2023 destaca um problema mais amplo: a retração na oferta educacional per capita em todo o território, o que pode comprometer o acesso à educação pública em áreas vulneráveis (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 231 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Moju, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou evolução relevante entre 2019 e 2023, partindo de 21% para 52,2%. Esse crescimento foi mais acentuado a partir de 2022, sugerindo esforços recentes de digitalização da rede escolar, possivelmente impulsionados por políticas de conectividade ou pela demanda trazida pela pandemia. Apesar da melhoria, o município ainda apresenta uma cobertura inferior à média estadual, revelando desigualdade digital entre territórios (Gráfico 8).

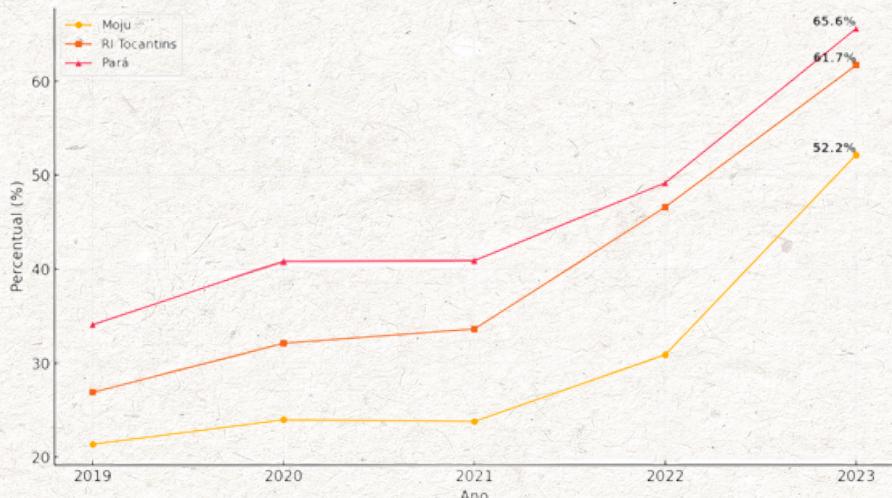
Na Região de Integração Tocantins, o avanço foi consistente ao longo de todo o período, crescendo de cerca de 27% em 2019 para 61,7% em 2023. A região mostra, assim, um processo contínuo de expansão da conectividade escolar, com melhorias distribuídas ao longo dos anos. O patamar alcançado em 2023 posiciona a RI próximo da média estadual, indicando uma performance satisfatória na inclusão digital das escolas (Gráfico 8).

No estado do Pará como um todo, o percentual de es-

colas com acesso à internet mais que dobrou entre 2019 e 2023, indo de aproximadamente 34% para 65,6%. O crescimento se intensificou a partir de 2022, alinhado com a tendência observada nas demais regiões. Esse aumento demonstra a priorização da infraestrutura digital nas políticas públicas estaduais, um fator essencial para viabilizar o ensino remoto e ampliar as possibilidades pedagógicas no ambiente escolar (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

No município de Moju, a evolução do indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou flutuações importantes entre 2019 e 2023. Partindo de 6,6 casos por 100 mil habitantes em 2019, houve aumento para 12,6 em 2020, uma leve queda em 2021, e novo crescimento em 2022, atingindo 14,7. No entanto, em 2023, observa-se uma queda abrupta para 0 casos registrados, o que pode sugerir tanto uma ausência real de ocorrências como uma falha de notificação ou sub-registro. Tal variação drástica merece investigação adicional quanto à confiabilidade dos dados ou mudanças na metodologia de registro local (Gráfico 9).

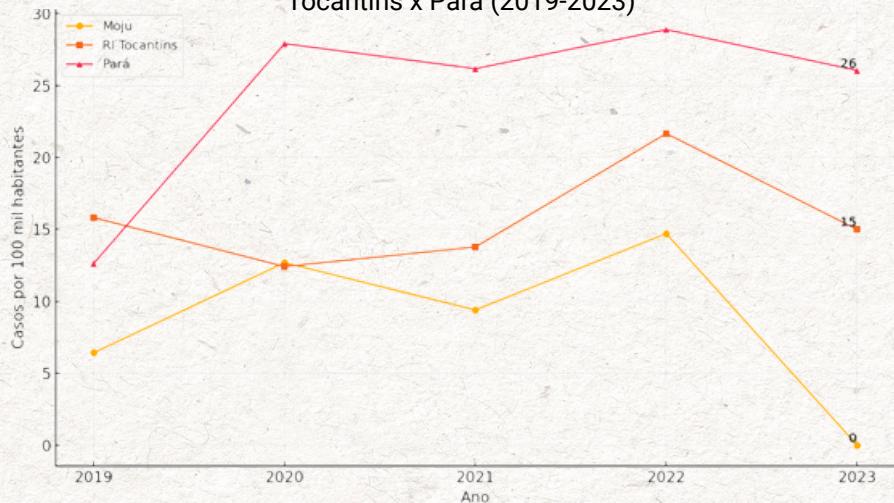


Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi mais estável, mas também oscilante, com o número de casos partindo de 15,8 em 2019 e caindo para 12,7 em 2020. A partir de então, observou-se uma trajetória ascendente até um pico de 21,8 em 2022, seguido de queda para 15 em 2023. Essa dinâmica reflete um cenário de persistência da violência de gênero na região, ainda que com alguma redução no último ano, indicando necessidade de monitoramento contínuo e políticas mais eficazes de proteção e prevenção (Gráfico 9).

No estado do Pará, os números indicam

uma situação de maior gravidade, com crescimento contínuo de 12,7 em 2019 para um pico de 29,1 em 2022, seguido de um leve recuo para 26 em 2023. O padrão estadual mostra uma tendência de agravamento do problema ao longo do tempo, evidenciando que a violência contra a mulher permanece uma questão estrutural em várias regiões do estado. Ainda que tenha havido recuo recente, os patamares seguem elevados e demandam resposta firme do poder público, em especial no fortalecimento da rede de apoio às vítimas e nos mecanismos de denúncia e acolhimento (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Moju, o indicador mostra uma tendência de crescimento contínuo ao longo do período. Em 2019, o percentual era de apenas 18,2%, avançando discretamente em 2020 (18,9%), mas ganhando força a partir de 2021, quando chegou a 22,4%. O maior salto ocorreu entre 2021 e 2022, alcançando 27,8%, culminando em 2023 com 29,6%. Ainda que abaixo das médias regional e estadual, Moju demonstra um progresso expressivo e consistente em direção à equidade de gênero em cargos de liderança (Gráfico 10).



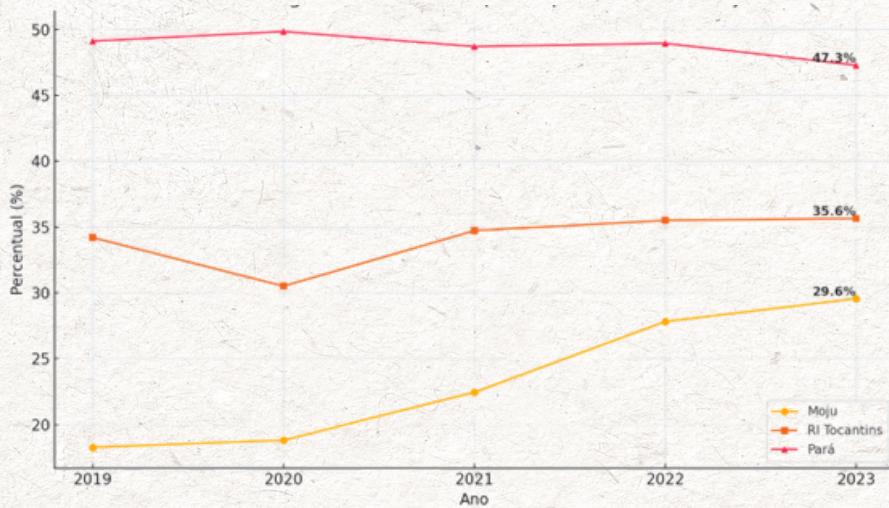


Na Região de Integração Tocantins, o percentual começou em 2019 com 34,2%, mas sofreu um recuo em 2020, atingindo 30,6%, o menor patamar da série. A partir de então, observou-se uma recuperação gradual e contínua, com 34,6% em 2021, 35,4% em 2022 e 35,6% em 2023. A trajetória, embora com menos intensidade do que Moju, sugere uma estabilização do indicador em patamares superiores a um terço dos cargos gerenciais ocupados por mulheres (Gráfico 10).

Já no estado do Pará, os percentuais

permaneceram consistentemente altos, oscilando entre 48,9% em 2019 e 49,7% em 2020, apresentando ligeira queda nos anos seguintes: 48,7% em 2021 e 2022, até atingir 47,3% em 2023. Embora o estado como um todo esteja muito à frente dos demais níveis territoriais, a leve tendência de queda recente pode indicar um desafio em manter os avanços conquistados, sinalizando a necessidade de reforçar políticas voltadas à manutenção da presença feminina em posições de liderança (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Moju, o indicador de coleta de esgoto para a população de baixa renda permaneceu praticamente estagnado durante todo o período analisado, oscilando levemente entre 0,2% e 0,3%. Essa estabilidade em níveis extremamente baixos revela uma situação crítica de exclusão no acesso a serviços básicos de saneamento, especialmente entre as populações mais vulneráveis. Apesar de pequenas variações técnicas, o indicador em 2023 permanece em 0,2%, evidenciando a ausência de políticas públicas eficazes ou investimentos estruturantes nessa área no município (Gráfico 11).

Na Região de Integração Tocantins, o percentual também é baixo, mas demonstra uma evolução modesta. Partindo de 1,2% em 2019, o indicador manteve-se estável até 2021, quando passou a apresentar um pequeno crescimento: 1,4% em 2022 e 2023. Embora os níveis ainda sejam preocupantes, essa leve elevação sugere alguma movimentação regional no sentido de ampliar o atendimento, possivelmente por meio de projetos de abrangência intermunicipal ou ações do governo estadual (Gráfico 11).

Por outro lado, o estado do

Pará apresenta uma trajetória ascendente mais consistente no indicador. Em 2019, o percentual era de 7%, subindo gradualmente até atingir 11,5% em 2023. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou de 8,5% para 10,9%, revelando o impacto de investimentos estaduais ou federais em infraestrutura sanitária. Apesar da evolução positiva, o dado também destaca a persistente desigualdade entre o nível estadual e os territórios de menor escala, como Moju e sua RI (Gráfico 11).

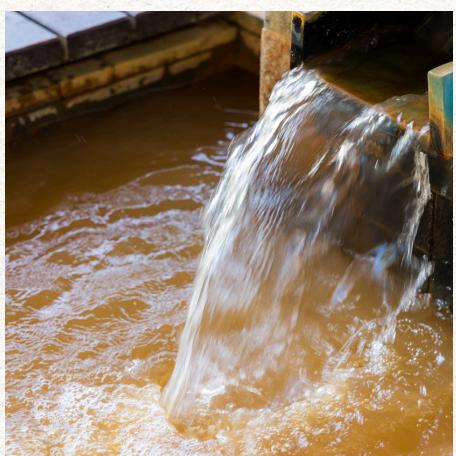
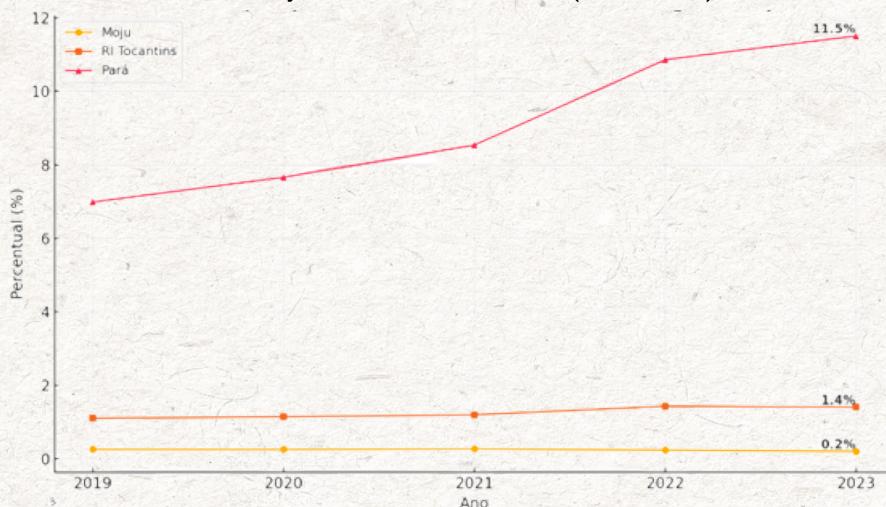




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

No município de Moju, o gasto per capita com saneamento básico apresentou uma trajetória preocupante. O valor era de R\$ 65 por habitante em 2019 e subiu para R\$ 73 em 2020, mas em 2021 sofreu um colapso, caindo abruptamente para R\$ 2. A partir de 2022, o gasto foi zerado e assim permaneceu em 2023, revelando uma ausência completa de investimentos municipais nessa área essencial. Esse padrão pode estar associado a dificuldades fiscais, prioridades políticas distintas ou à dependência de repasses externos que não se efetivaram (Gráfico 12).

A Região de Integração Tocantins apresentou níveis consistentemente baixos de gasto per capita ao longo do período, variando entre R\$ 12 e R\$ 27 por habitante.

A queda entre 2019 (R\$ 27) e 2021 (R\$ 12) foi seguida por uma recuperação lenta nos dois anos seguintes, chegando novamente a R\$ 27 em 2023. Embora o valor atual recupere o patamar inicial, os níveis seguem modestos e refletem um investimento limitado, que pode não ser suficiente para reverter o quadro de déficit nos serviços de saneamento observado anteriormente (Gráfico 12).

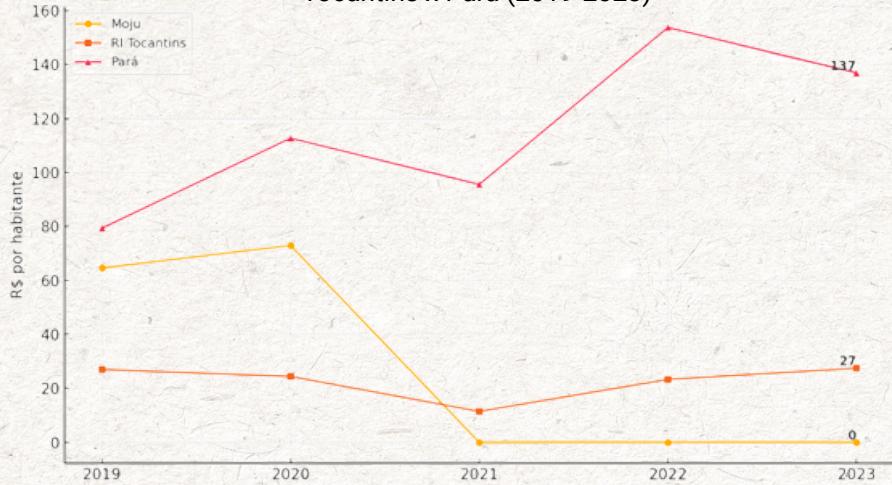
Em contraste, o estado do Pará demonstra maior robustez nos investimentos. O gasto per capita saltou de R\$ 80 em 2019 para R\$ 114 em 2020, sofreu uma leve queda em 2021 (R\$ 96), mas atingiu o pico de R\$ 154 em 2022, antes de recuar para R\$ 137 em 2023.

Essa variação ainda mantém o estado em patamar elevado de alocação de recursos por habitante, indicando uma política estadual mais ativa no setor. Ainda assim, a distribuição desigual desses investimentos entre os municípios pode explicar a baixa eficácia local, como observada em Moju (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



No município de Moju, o consumo de energia elétrica per capita apresentou uma trajetória ascendente no período analisado. Em 2019, o consumo era de 426 kWh por habitante, subindo gradualmente para 435 kWh em 2020 e 463 kWh em 2021. A elevação mais expressiva ocorreu entre 2021 e 2022, quando o consumo saltou para 588 kWh, estabilizando-se em 598 kWh em 2023. Essa progressão sugere uma ampliação do acesso à energia e possível melhoria das condições de vida da população, ainda que os níveis permaneçam significativamente abaixo dos registrados em ní-

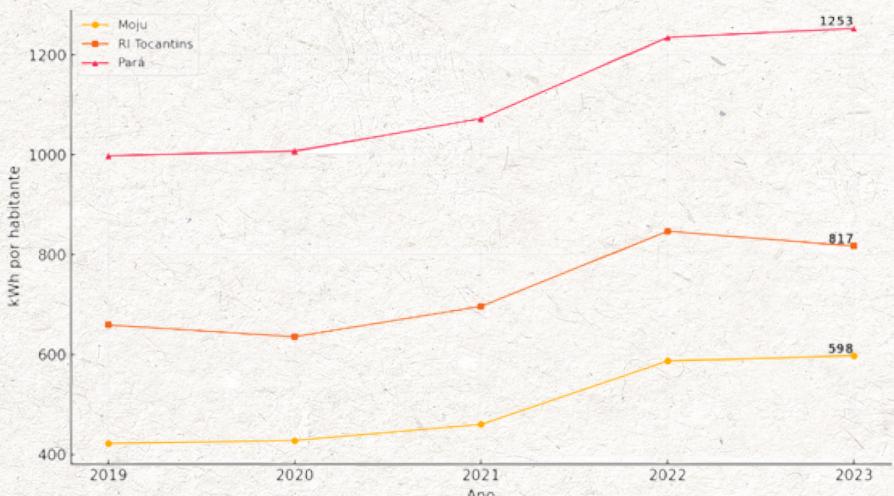


veis territoriais mais amplos (Gráfico 13).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução do consumo foi semelhante em termos de tendência, embora partindo de um patamar mais elevado. Em 2019, o consumo era de 665 kWh/hab., caindo ligeiramente em 2020 (642 kWh), mas retomando o crescimento nos anos seguintes: 698 kWh em 2021 e um salto para 850 kWh em 2022, seguido de leve recuo para 817 kWh em 2023. Esse comportamento pode refletir oscilações econômicas e variações no fornecimento energético, mas, no geral, indica maior estabilidade e estrutura de abastecimento em comparação ao município (Gráfico 13).

Já o estado do Pará apresenta os maiores valores em toda a série, com crescimento constante de 999 kWh/hab. em 2019 para 1253 kWh/hab. em 2023. O aumento foi mais acentuado entre 2021 e 2022, subindo de 1070 para 1241 kWh/hab., e a alta se manteve em 2023, ainda que de forma mais branda. Esse avanço evidencia um padrão de consumo mais robusto, possivelmente impulsionado por setores econômicos e expansão da infraestrutura elétrica, o que pode estar contribuindo para a redução do uso de fontes alternativas precárias, como a iluminação fóssil (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 598 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Moju, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil iniciou o período em 7,9% em 2019, praticamente estável em 2020 (7,9%). A partir de 2021, observou-se uma queda progressiva: 6,4% em 2021, 4,6% em 2022 e 3,9% em 2023. Essa redução consistente sugere avanços no acesso à rede elétrica formal ou substituição de métodos precários de iluminação por alternativas mais seguras e sustentáveis, refletindo possivelmente o impacto de políticas públicas ou programas de universalização da energia (Gráfico 14).

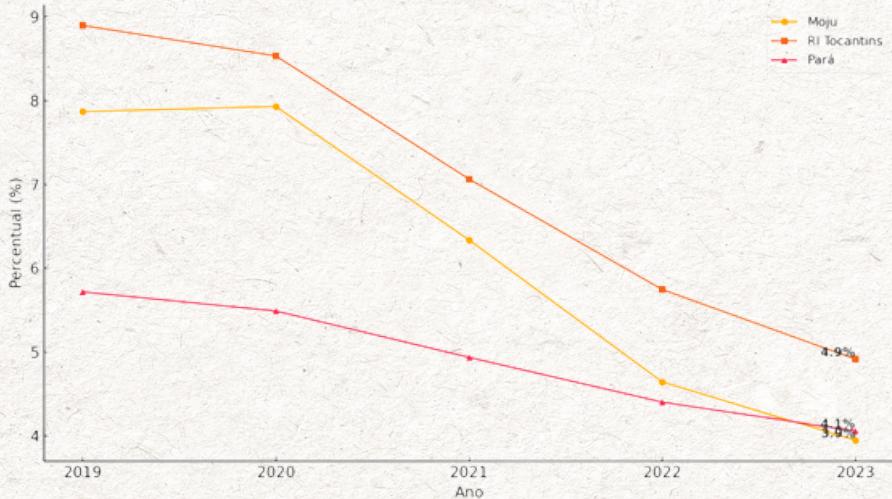


Na RI Tocantins, o padrão é semelhante, mas com percentuais ligeiramente superiores. O indicador era de 8,9% em 2019, caiu para 8,5% em 2020 e sofreu um recuo mais acentuado a partir de 2021: 7,1%, depois 5,7% em 2022 e, por fim, 4,9% em 2023. Assim como em Moju, os dados indicam melhora no acesso à eletricidade e redução do uso de fontes fósseis, o que contribui diretamente para ganhos sociais e ambientais, além de reduzir riscos à saúde das famílias mais vulneráveis (Gráfico 14).

No estado do Pará, o percentual também apresenta queda contínua ao longo do período, partindo de 5,7% em 2019 e atingindo 4,1% em 2023. Essa redução mais contida, mas ainda significativa, aponta para uma tendência estadual de mitigação da pobreza energética. Comparativamente, o estado apresenta níveis melhores que a RI e o município, o que pode indicar maior efetividade das políticas públicas em áreas mais urbanizadas ou com maior cobertura da rede elétrica (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

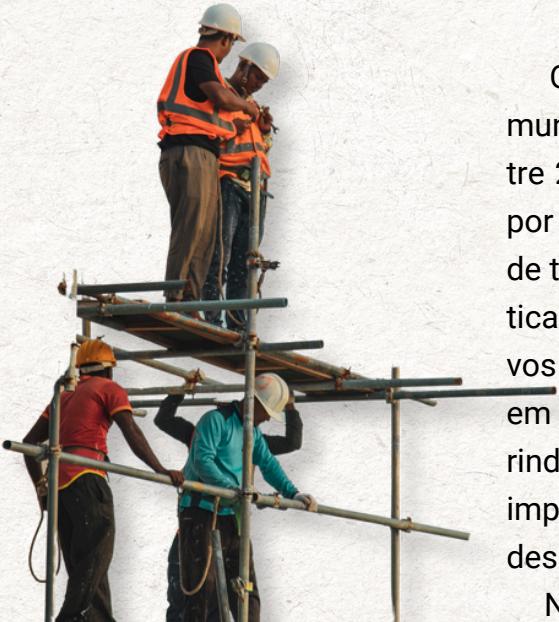


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



O indicador de Empregos Formais por Mil Habitantes no município de Moju apresentou crescimento significativo entre 2019 e 2022, passando de 92 para 133 vínculos formais por mil habitantes, refletindo um aquecimento do mercado de trabalho local. Esse avanço pode estar relacionado a políticas de incentivo ao emprego, expansão de setores produtivos locais ou regularização de vínculos informais. Contudo, em 2023 observa-se uma queda para 124 vínculos, sugerindo um possível arrefecimento da atividade econômica ou impacto de fatores externos que afetaram a manutenção desses postos de trabalho (Gráfico 15).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi de crescimento contínuo ao longo de todo o período, ainda

que em ritmo mais moderado. Partindo de 87 vínculos formais por mil habitantes em 2019, a região alcançou 117 em 2023. O crescimento foi mais expressivo entre 2021 e 2022, quando saltou de 96 para 114, indicando que a recuperação pós-pandemia pode ter tido efeito mais lento, mas estável, na região. A consistência da alta sugere um ambiente favorável à geração de empregos formais, ainda que os níveis permaneçam abaixo dos observados no município de Moju e no estado (Gráfico 15).

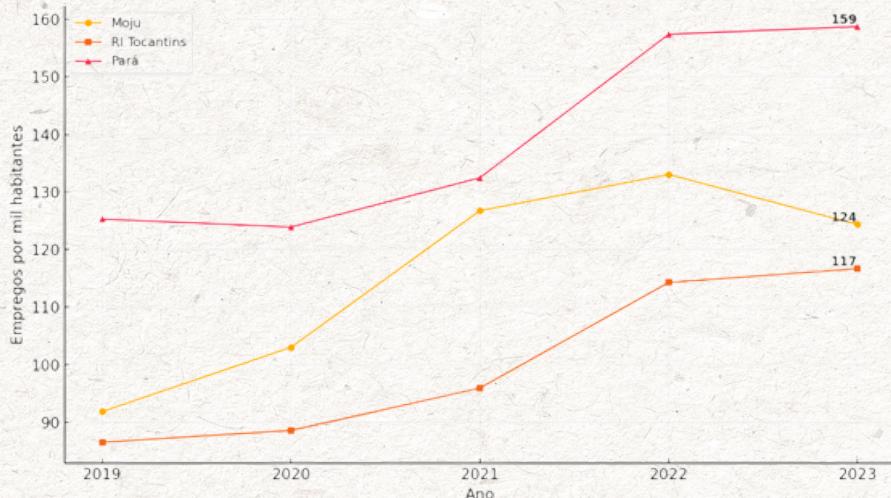
Já no estado do Pará, o indicador se manteve em patamares mais elevados durante todo o período, iniciando em 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 e chegando a 159 em 2023.

Empregos Formais por Mil Habitantes



Após um leve recuo em 2020 (124), o crescimento foi acelerado nos anos seguintes, com destaque para o avanço entre 2021 e 2022 (de 132 para 158). Esse desempenho positivo indica uma expansão vigorosa do emprego formal em nível estadual, possivelmente impulsionada por setores-chave como indústria, serviços e infraestrutura, refletindo maior resiliência econômica e capacidade de absorção da força de trabalho em atividades regulares (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 124 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O município de Moju apresentou crescimento constante no PIB per capita ao longo do período, saindo de aproximadamente R\$ 10.500 em 2018 para R\$ 17.289 em 2022. O maior avanço ocorreu entre 2019 e 2020, quando o indicador saltou de cerca de R\$ 11.200 para R\$ 15.100, sugerindo um impacto positivo de atividades econômicas específicas ou aumento expressivo da produtividade. Após esse salto, o crescimento manteve-se em ritmo mais moderado, o que pode indicar estabilização das principais fontes de geração de riqueza local (Gráfico 16).

PIB per capita



Na Região de Integração Tocantins, o crescimento também foi expressivo, partindo de R\$ 13.900 em 2018 e alcançando R\$ 24.467 em 2022.

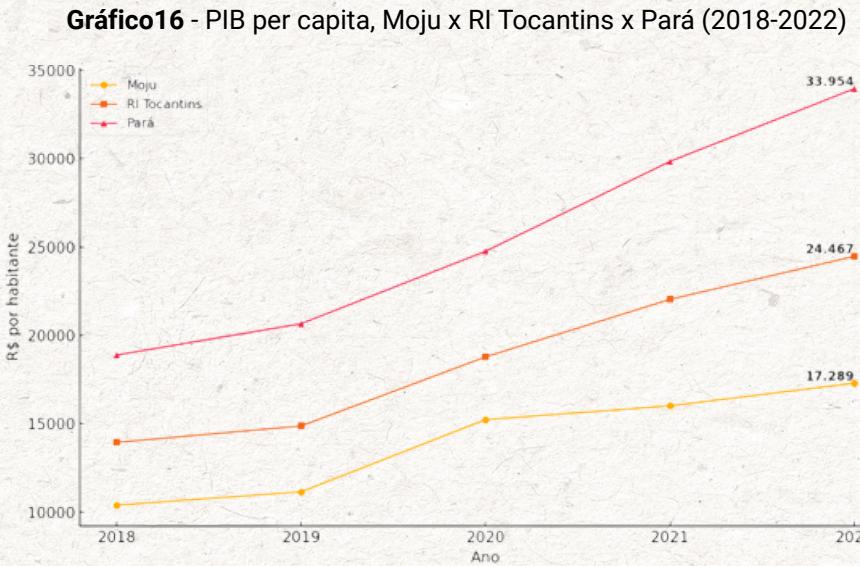
Houve um padrão de cresci-

mento contínuo ano a ano, com destaque para o avanço entre 2019 e 2021. O aumento significativo aponta para uma dinamização econômica regional mais abrangente, provavelmente impulsionada por setores produtivos com maior capacidade de escalar renda agregada, como a agroindústria e a mineração (Gráfico 16).

O estado do Pará como um todo apresentou o desempenho mais robusto entre os três recortes territoriais. O PIB per capita saiu de R\$ 19.000 em 2018 e atingiu R\$ 33.954 em 2022, com destaque para os anos de 2020 a 2022, quando



quando os ganhos foram acelerados. Esse avanço pode estar associado à valorização das commodities, ao crescimento das exportações e à ampliação da atividade industrial extractiva no estado, o que contribui para um padrão de desenvolvimento mais concentrado em determinadas regiões e setores (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17.289/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Moju, o Valor Adicionado da Indústria como proporção do PIB apresentou uma trajetória de estabilidade em patamares baixos, saindo de 8,6% em 2018 para 7,4% em 2022. Durante todo o período, o indicador oscilou levemente – com um pequeno recuo entre 2018 e 2019 e uma discreta recuperação em 2021. Essa configuração sugere que a indústria tem papel reduzido na estrutura econômica municipal, sendo superada provavelmente por setores como a agropecuária e os serviços, o que pode limitar o potencial de geração de valor agregado e empregos qualificados (Gráfico 17).

Na Região de Integração Tocantins, observa-se uma expansão significativa da participação industrial no PIB. O indicador saltou de 19,8% em 2018 para 29,2% em 2022, com destaque para o período entre 2019 e 2020, quando passou de 20,1% para 25,8%. Esse avanço sinaliza fortalecimento da base industrial regional, possivelmente por meio da implantação de novos empreendimentos, fortalecimento da cadeia produtiva ou melhorias logísticas. Tal dinamismo indica uma maior diversificação da economia regional (Gráfico 17).

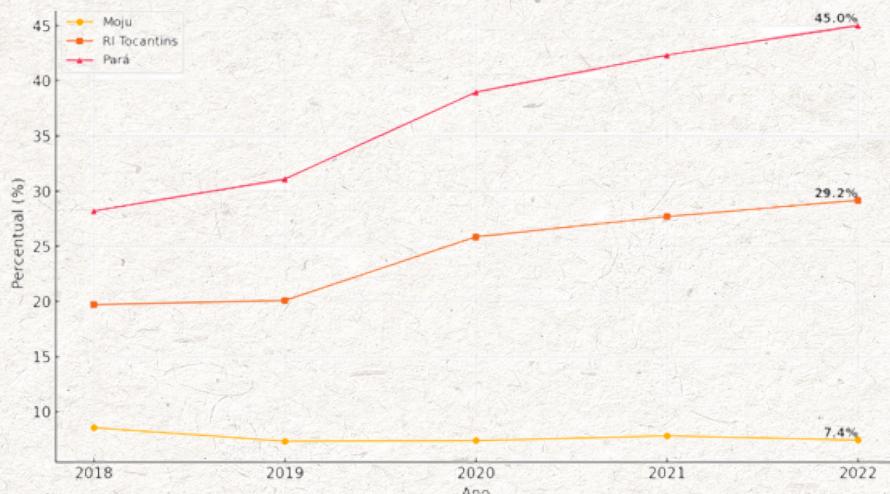
No estado do Pará, o setor industrial apresenta papel cen-

tral na composição do PIB. Em 2018, o valor adicionado da indústria era 28,4% e aumentou gradualmente até atingir 45% em 2022. Esse crescimento expressivo confirma a tendência de industrialização impulsionada por grandes projetos minerais, industriais e energéticos. Esse cenário evidencia uma forte concentração de valor na indústria extrativa, com impactos importantes na balança comercial do estado, embora os benefícios sociais desse crescimento possam não estar igualmente distribuídos entre os municípios paraenses (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Moju x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador “Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes” no município de Moju apresentou crescimento expressivo entre 2020 e 2023. Após dois anos de estabilidade em 14 profissionais por 100 mil habitantes (2019 e 2020), houve uma forte elevação em 2021, chegando a 19,4. Esse avanço continuou nos anos seguintes, atingindo 20,2 em 2022 e alcançando 21,1 em 2023.



Essa trajetória indica uma ampliação significativa na presença de profissionais da ciência, possivelmente estimulada por políticas locais de incentivo à formação e contratação, ou por investimentos em educação técnica e superior (Gráfico 18).

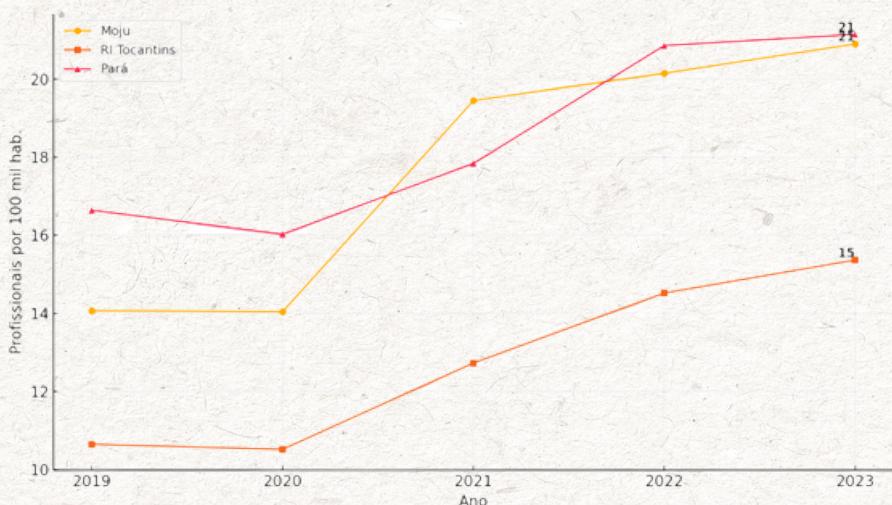
Na Região de Integração Tocantins, a evolução foi mais gradual, mas positiva. O indicador começou em 10,6 em 2019 e caiu ligeiramente para 10,5 em 2020. A partir de 2021, houve um crescimento contínuo, atingindo 12,7 naquele ano, seguido de 14,5 em 2022 e 15 em 2023. Embora os valores absolutos permanecem abaixo dos observados em Moju e no estado, a tendência é de expansão do corpo técnico-científico na região, o que pode sinalizar esforços para interiorização da ciência e da inovação (Gráfico 18).

No estado do Pará, os dados revelam um padrão de crescimento consistente.



O número de profissionais por 100 mil habitantes era de 16,6 em 2019, recuando ligeiramente para 16 em 2020, mas retomando o crescimento em 2021 (17,8), com avanços mais expressivos em 2022 (20,8) e 2023 (21). Esse desempenho reflete um movimento estadual de fortalecimento da base científica, que pode estar relacionado à ampliação da infraestrutura educacional, à expansão de centros de pesquisa e ao estímulo à qualificação técnica. Moju, ao alcançar o patamar estadual em 2023, destaca-se positivamente dentro desse cenário (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao ODS 10: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

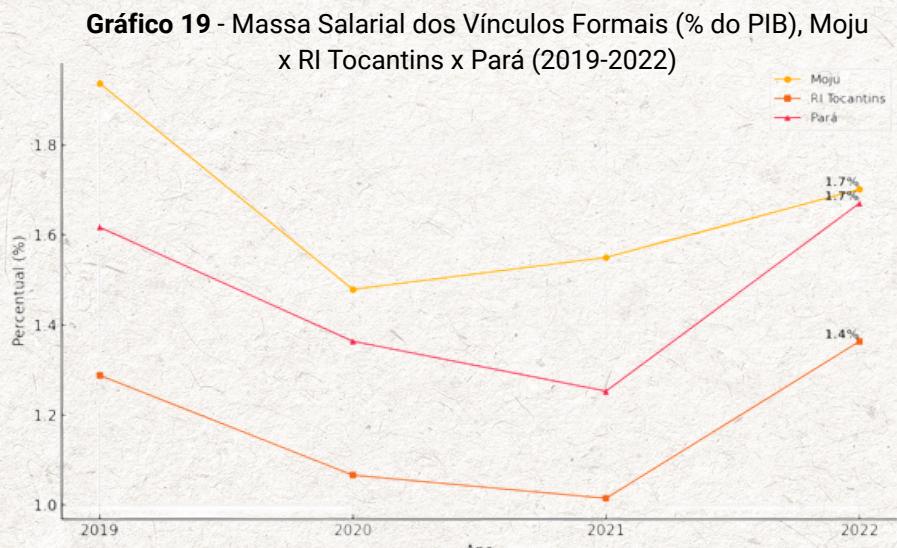
O indicador “Massa Salarial dos Vínculos Formais como percentual do PIB” em Moju apresentou uma trajetória de queda entre 2019 e 2020, passando de 1,92% para 1,48%, o que pode refletir os impactos econômicos da pandemia sobre o mercado formal e a renda do trabalho. A partir de 2021, o município iniciou uma recuperação gradual, chegando a 1,55% e depois a 1,70% em 2022. Apesar da volatilidade, o patamar ao final do período iguala o percentual estadual, sinalizando que a massa salarial formal conseguiu recuperar participação relativa na economia local, possivelmente impulsionada por aumento no número de vínculos ou valorização salarial (Gráfico 19).

Na Região de Integração To-

cantins, o comportamento do indicador foi similar, mas em níveis inferiores. O percentual caiu de 1,29% em 2019 para 1,06% em 2020 e atingiu seu ponto mais baixo em 2021 (1,01%), refletindo um enfraquecimento mais prolongado da contribuição dos salários formais para o PIB regional. Contudo, em 2022 houve uma retomada mais expressiva, com o índice alcançando 1,38%. Isso sugere uma melhora recente na formalização do trabalho ou na remuneração média dos vínculos ativos, embora o peso da massa salarial ainda permaneça relativamente pequeno diante da composição econômica regional (Gráfico 19).

No estado do Pará, a massa salarial formal como propor-

ção do PIB também sofreu retração nos anos iniciais da série, recuando de 1,62% em 2019 para 1,26% em 2021. Entretanto, em 2022, o indicador subiu fortemente para 1,70%, igualando-se ao valor de Moju. Essa recuperação pode estar associada à recuperação econômica pós-pandemia e ao aquecimento de setores formais com maior capacidade de geração de renda, como mineração, indústria de transformação e serviços urbanos. Ainda assim, o dado revela que a distribuição da renda do trabalho formal em relação ao valor agregado total da economia continua sendo um desafio, especialmente em regiões com forte peso de setores capital-intensivos (Gráfico 19).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Moju apresentou crescimento moderado no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2022, passando de 34 para 53 linhas por 100 habitantes. O salto mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, quando o indicador avançou de 39 para 50, refletindo uma provável expansão de cobertura ou aumento da demanda por conectividade durante o período da pandemia. No entanto, em 2023 houve uma leve retração, com o valor caindo para 52, o que pode indicar estabilização do mercado local ou substituição por serviços de internet fixa ou via dados móveis compartilhados em múltiplos dispositivos (Gráfico 20).

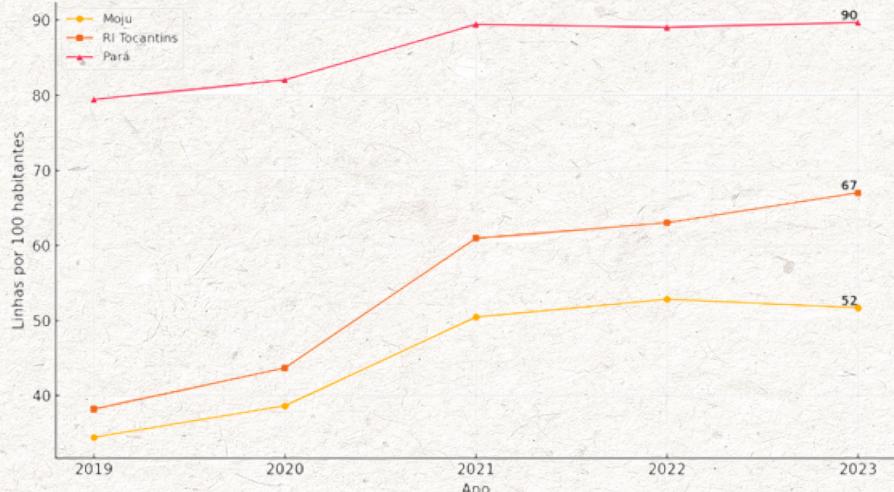
Na Região de Integração Tocantins, o avanço foi mais constante e robusto. O indicador evoluiu de 38 linhas por 100 habitantes em 2019 para 67 em 2023. O maior crescimento ocorreu entre 2020 e 2021, semelhante ao padrão de Moju, e o ritmo manteve-se estável nos anos seguintes. Isso evidencia um processo regional mais sólido de interiorização do acesso digital, provavelmente sustentado por melhorias em infraestrutura de telecomunicações e expansão do mercado consumidor (Gráfico 20).





No estado do Pará, o acesso à telefonia móvel se manteve elevado durante todo o período. Em 2019, o índice era de 79,9 e chegou a 90 em 2023. A trajetória foi de crescimento estável, com destaque para o salto entre 2020 e 2021 (de 82,2 para 89,4), e uma leve oscilação positiva nos dois anos seguintes. Esse desempenho reflete o grau mais avançado de penetração tecnológica no estado como um todo, possivelmente concentrado nas regiões metropolitanas, onde há maior densidade populacional e capacidade de investimento das operadoras (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Moju, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou uma queda contínua até desaparecer completamente. Em 2019, o valor era de R\$ 7,5 por habitante, recuando para R\$ 4,4 em 2020 e sendo zerado a partir de 2021 até 2023. Essa descontinuidade nos investimentos demonstra ausência de priorização orçamentária nessas áreas, com impactos negativos potenciais tanto na preservação ambiental quanto no fomento cultural local, comprometendo o desenvolvimento humano e a sustentabilidade no território (Gráfico 21).

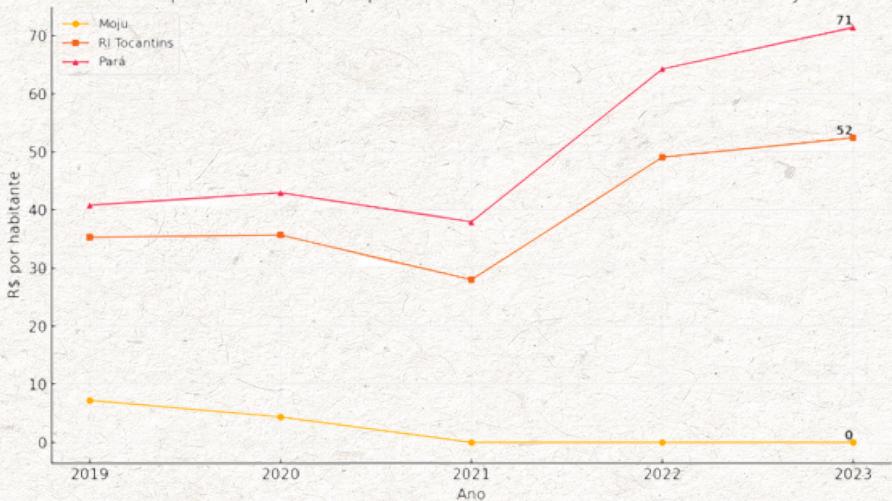
A Região de Integração Tocantins apresentou oscilações significativas. Em 2019 e 2020, a despesa permaneceu praticamente estável (R\$ 35,6), mas caiu drasticamente para R\$ 28 em 2021. A partir de 2022, o indicador subiu consideravelmente, atingindo R\$ 49 e alcançando R\$ 52 em 2023. Essa retomada indica um esforço regional recente para recompor os investimentos nessas áreas, que são fundamentais para a qualidade de vida, inclusão social e conservação ambiental (Gráfico 21).

No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da RI, mas em níveis mais ele-

vados. As despesas partiram de R\$ 40,7 em 2019, cresceram ligeiramente em 2020 (R\$ 43,3), mas caíram em 2021 para R\$ 38. A partir de 2022, houve forte recuperação, com saltos para R\$ 64,6 e R\$ 71,3 em 2023. Esse crescimento pode refletir a adoção de políticas públicas estaduais mais estruturadas e alinhadas à Agenda 2030, buscando garantir financiamento adequado às dimensões culturais e ambientais do desenvolvimento (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

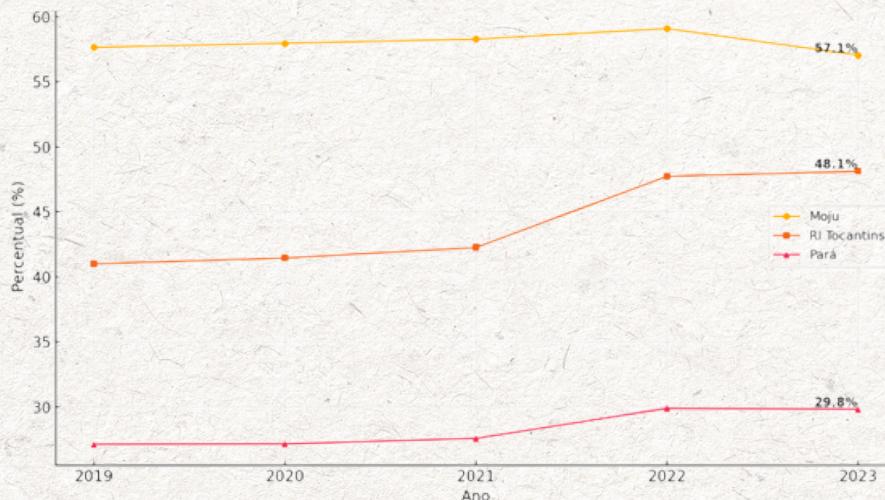
Em Moju, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o próprio lixo manteve-se em patamares elevados durante todo o período analisado. O índice variou de 57,5% em 2019 para 57,1% em 2023, com um pequeno pico de 59,1% em 2022. Essa estabilidade em valores tão altos evidencia a precariedade dos serviços de coleta regular de resíduos sólidos para a população mais vulnerável do município, refletindo uma ausência persistente de políticas públicas eficazes de saneamento básico e gestão ambiental (Gráfico 22).

Na Região de Integração To-

cantins, o comportamento foi de alta constante. Em 2019, 41,0% das pessoas de baixa renda adotavam práticas irregulares de descarte de lixo, número que cresceu progressivamente até atingir 48,1% em 2023. Esse avanço preocupa, pois indica um agravamento das condições ambientais e de saúde pública na região, mesmo diante do crescimento de investimentos observados em outros setores. A tendência de alta sugere que a ampliação da cobertura dos serviços de limpeza urbana não acompanhou o crescimento populacional ou a urbanização dos territórios (Gráfico 22).

O estado do Pará como um todo apresentou os menores percentuais entre os três níveis territoriais, mas também com tendência de alta. Em 2019, o indicador era de 27,1%, subindo de forma gradual até alcançar 29,8% em 2023. Embora os valores sejam inferiores aos observados em Moju e na RI Tocantins, o aumento revela que o problema não é pontual, mas sim generalizado, afetando inclusive áreas mais desenvolvidas do estado. Isso reforça a necessidade de políticas estaduais articuladas para ampliação dos serviços de coleta regular e educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

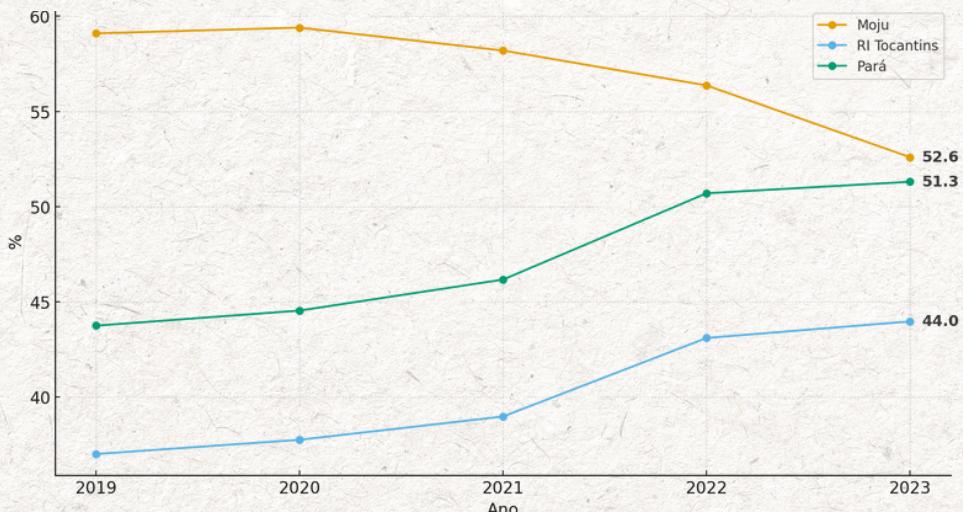


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O município de Moju exibiu tendência oposta, com redução significativa no percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar. Em 2019, o índice era de 59,3%, manteve-se próximo em 2020 (59,5%) e iniciou declínio a partir de 2021, chegando a 58,5%. A queda se intensificou em 2022, com 56,5%, e alcançou 52,6% em 2023. Essa redução de quase sete pontos percentuais demonstra avanços importantes em acesso a soluções sanitárias básicas, mesmo ainda mantendo níveis superiores à média estadual (Gráfico 23).

A comparação com a RI Tocantins e com o Pará mostra que Moju partiu de patamar muito superior, mas vem convergindo gradualmente aos índices regionais. A melhoria observada sugere resultados de investimentos locais ou programas habitacionais que substituem fossas rudimentares por alternativas mais adequadas. Apesar do avanço, mais da metade da população de baixa renda continua exposta a condições sanitárias precárias, o que demanda continuidade das ações públicas para reduzir desigualdades territoriais no saneamento (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



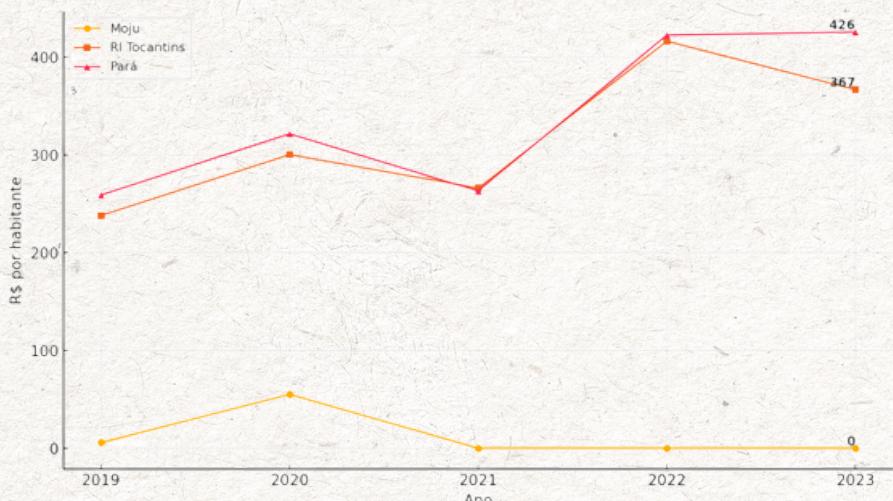
No município de Moju, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram comportamento bastante limitado e intermitente ao longo do período. Em 2019, os valores foram quase inexistentes (cerca de R\$ 5), alcançando um pico em 2020 (R\$ 55) e voltando praticamente a zero nos anos seguintes (2021 a 2023), evidenciando a ausência de uma política continuada nessa área. Esse padrão sugere uma possível atuação pontual em 2020, talvez vinculada a uma situação emergencial, sem continuidade nos anos subsequentes (Gráfico 24).

Na Região de Integração Tocantins, que engloba Moju, os gastos apresentaram variação mais significativa e estruturada. Houve crescimento de R\$ 239 em 2019 para R\$ 301 em 2020, seguido de leve queda em 2021 (R\$ 265), mas com elevação expressiva em 2022 (R\$ 420), o maior valor do período, antes de recuar para R\$ 367 em 2023. A região mostra, assim, um esforço consistente de investimento em prevenção, com destaque para 2022, ainda que o leve recuo em 2023 possa indicar uma reorientação de prioridades (Gráfico 24).



No estado do Pará, o padrão é semelhante ao da RI Tocantins, com valores ligeiramente superiores. Os gastos aumentaram de R\$ 260 em 2019 para R\$ 324 em 2020, caíram em 2021 (R\$ 263), subiram de forma marcante em 2022 (R\$ 426), e reduziram para R\$ 426 em 2023. A elevação acentuada em 2022 sugere reforço institucional em ações preventivas diante de riscos crescentes de desastres naturais. O comportamento estadual aponta para uma política pública mais robusta e alinhada com diretrizes de defesa civil e sustentabilidade ambiental (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab., Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Moju, a despesa per capita com preservação aquática aumentou de forma progressiva e consistente no período analisado. O valor cresceu de R\$ 123 em 2019 para R\$ 160 em 2020 e R\$ 179 em 2021, mantendo uma curva de crescimento moderada. Em 2022 houve um salto para R\$ 200, e o maior avanço se deu em 2023, com R\$ 324 por habitante. Esse movimento revela um esforço contínuo de priorização da preservação de recursos hídricos, especialmente no último ano, o que pode estar associado ao aumento de pressões ambientais ou adoção de políticas locais mais integradas com a agenda ambiental (Gráfico 25).



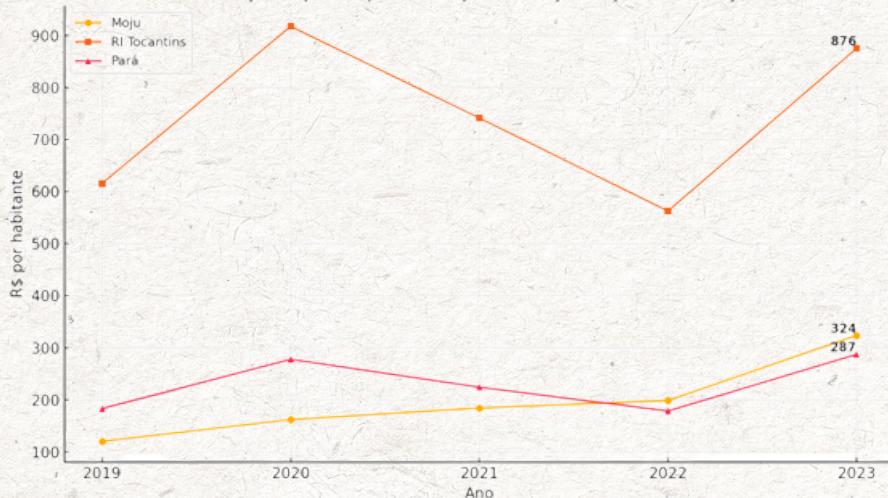
A RI Tocantins, por sua vez, apresentou uma trajetória oscilante. Os gastos iniciaram em um patamar elevado (R\$ 616 em 2019), atingiram um pico significativo em 2020 (R\$ 918), seguido de recuo em 2021 (R\$ 741) e redução ainda maior em 2022 (R\$ 564). No entanto, em 2023, a despesa voltou a crescer fortemente, alcançando R\$ 876. Essa variação sugere uma atuação cíclica, provavelmente associada a projetos específicos de grande

escala implementados em certos anos, mas com altos e baixos na continuidade dos investimentos interanuais (Gráfico 25). No nível estadual, o Pará também apresenta certa oscilação, mas com tendência geral de crescimento. As despesas cresceram de R\$ 183 em 2019 para R\$ 277 em 2020, caíram nos dois anos seguintes (R\$ 226 em 2021 e R\$ 182 em 2022), e voltaram a subir em 2023 (R\$ 287). Essa variação pode refletir mudan-



ças nas fontes de financiamento ou prioridades orçamentárias estaduais, mas o crescimento recente indica retomada de ações ligadas à conservação hídrica, o que é relevante considerando a importância dos ecossistemas aquáticos na região amazônica (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 324/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Moju, observa-se uma tendência contínua de redução do percentual de área coberta por floresta. Em 2019, esse percentual era de aproximadamente 48,8% e, ao longo dos cinco anos analisados, caiu de forma progressiva até atingir 45,3% em 2023. Essa perda de cobertura florestal, embora aparentemente gradual, revela um processo contínuo de pressão sobre os recursos naturais, possivelmente vinculado a atividades econômicas como agricultura, pecuária e expansão urbana (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tocantins, o padrão também é de queda, embora mais acentuado em 2022. O percentual caiu de 42,5% em 2019 para um mínimo de 38,2% em 2022,

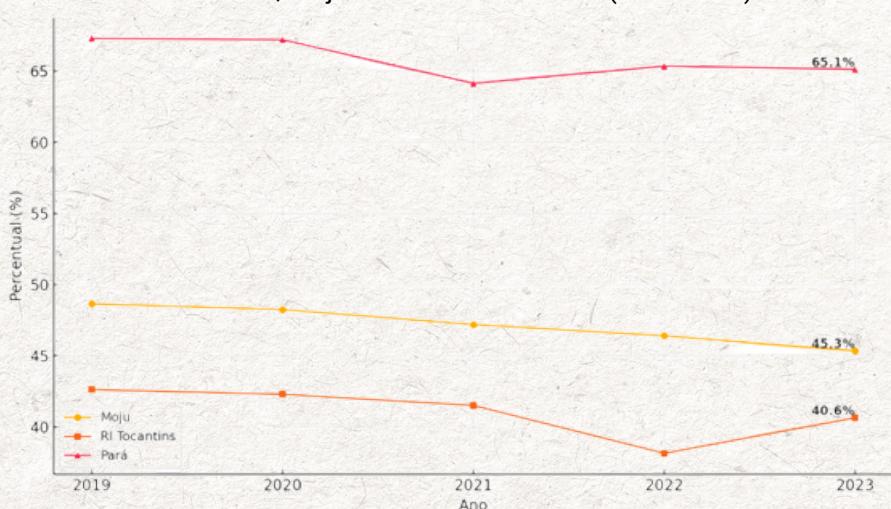
com recuperação parcial em 2023 (40,6%). A flutuação indica a influência de políticas ou dinâmicas territoriais específicas que impactaram negativamente a cobertura florestal em 2022. A leve recuperação no último ano pode sugerir al-

gum esforço de contenção do desmatamento, embora o saldo geral do período ainda seja negativo (Gráfico 26).

O estado do Pará, por sua vez, mantém uma cobertura florestal significativamente superior à de Moju e da RI Tocantins, variando entre 64% e 67% ao longo dos anos. Ainda que também tenha registrado uma leve queda entre 2020 e 2021, houve estabilização e pequena recuperação nos anos seguintes, com o índice chegando a 65,1% em 2023. Esse comportamento aponta para uma relativa resiliência da cobertura florestal em nível estadual, ainda que sob risco contínuo de degradação, especialmente em regiões de fronteira agrícola ou próximas a áreas de expansão urbana (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Moju apresenta uma tendência de aumento contínuo na proporção de sua área desmatada, partindo de 48,9% em 2019 e alcançando 52% em 2023. Esse crescimento, embora constante, sinaliza um agravamento do processo de supressão vegetal, evidenciando uma pressão crescente sobre os ecossistemas locais. Esse dado é preocupante, principalmente considerando a relevância ecológica da região amazônica e a necessidade de conciliação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental (Gráfico 27).

Na RI Tocantins, o comportamento é mais volátil. A área desmatada oscilou entre 43,9% e 45,4% de 2019 a 2021, caiu acentuadamente para 39,9% em 2022 — possivelmente em resposta a algu-

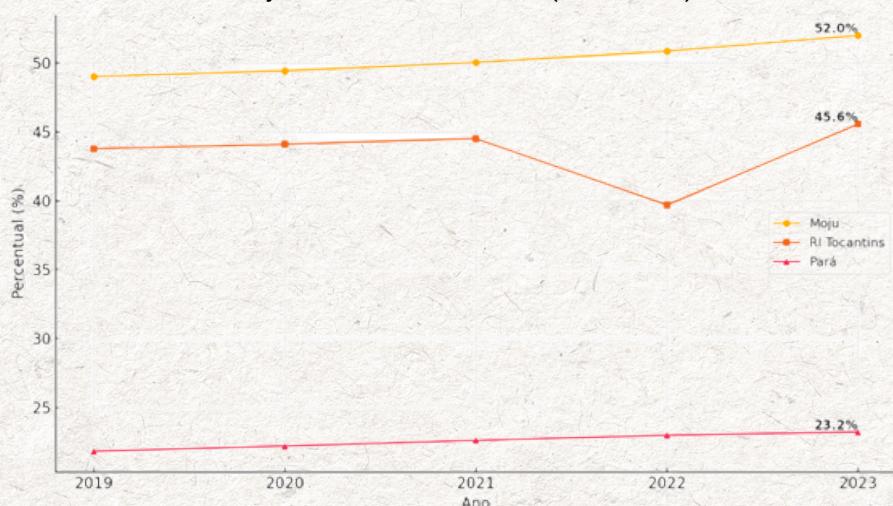
ma política pública ou mudança no monitoramento — e voltou a crescer em 2023, atingindo 45,6%. Essa queda seguida de recuperação pode refletir tanto questões metodológicas quanto flutuações reais nos padrões de uso do solo, exigindo atenção quanto à efetividade e continuidade das medidas de controle do desmatamento (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual da área desmatada é substancialmente inferior ao das outras duas escalas, mas apresenta um crescimento linear, de 21,4% em 2019 para 23,2% em 2023. Apesar de o avanço parecer pequeno em termos absolutos, trata-se de um território extenso, o que pode representar perdas expressivas em hectares de cobertura vegetal. O padrão de

crescimento constante reforça a necessidade de políticas estruturais para contenção do desmatamento, com foco em fiscalização, recuperação de áreas degradadas e incentivos à conservação, sobretudo em regiões mais pressionadas como o sudeste paraense (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

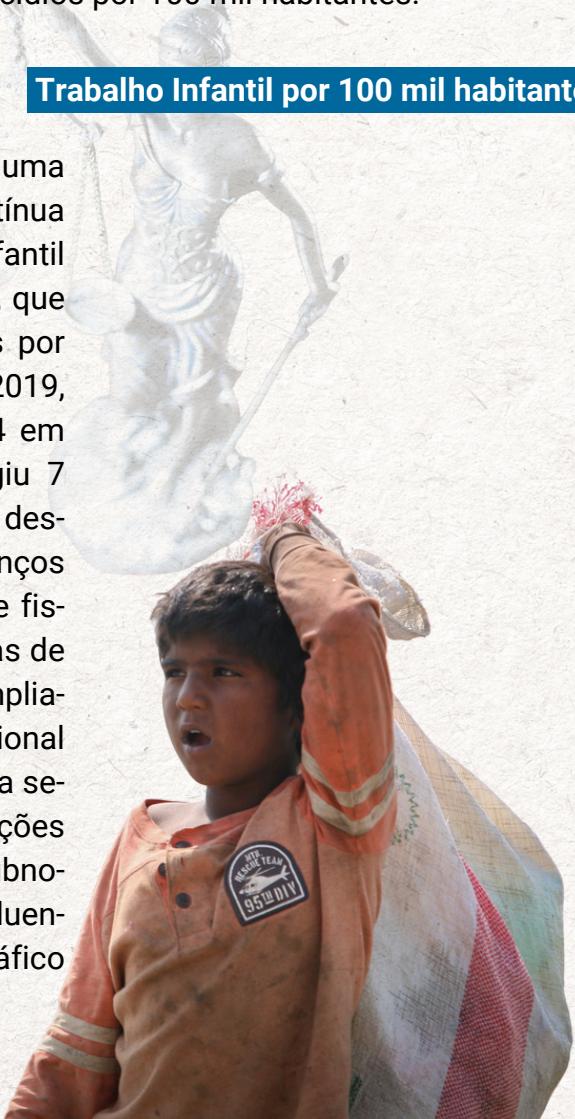
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Moju, observa-se uma queda acentuada e contínua nos casos de trabalho infantil entre 2019 e 2023. A taxa, que era de cerca de 45 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 30 em 2020, 14 em 2021, 8 em 2022 e atingiu 7 em 2023. Essa trajetória descendente pode indicar avanços significativos em ações de fiscalização, políticas públicas de proteção à infância e ampliação da cobertura educacional no município, embora ainda sejam necessárias investigações sobre a informalidade e subnotificação que podem influenciar esses números (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

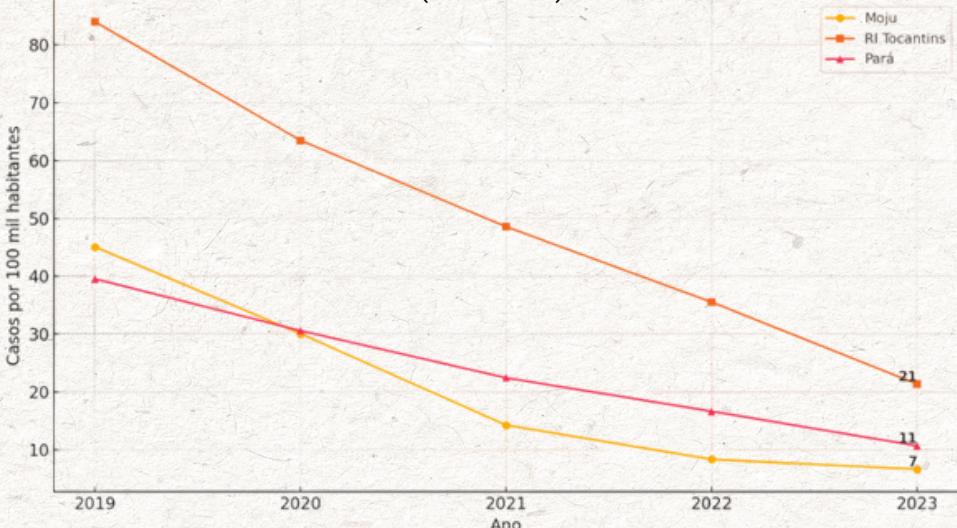
Na Região de Integração Tocantins, os valores iniciais eram bem mais elevados, partindo de aproximadamente 84 casos por 100 mil habitantes em 2019. Ao longo do período, a região apresentou um declínio constante, com redução para 64 em 2020, 49 em 2021, 36 em 2022 e 21 em 2023. Ainda que os níveis absolutos sejam mais altos do que os de Moju e do estado, a tendência é claramente positiva, refletindo um possível fortalecimento das políticas intermunicipais e maior integração entre os municípios da RI no combate ao trabalho infantil (Gráfico 28).





No estado do Pará, a redução do trabalho infantil também foi significativa. A taxa caiu de 39 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023, com quedas consistentes ano a ano. Essa evolução sugere uma política estadual eficaz de combate à exploração de crianças e adolescentes, possivelmente associada a programas sociais, melhorias nos indicadores educacionais e cooperação com o Ministério Público do Trabalho e conselhos tutelares. A trajetória do estado mostra convergência com padrões nacionais e metas internacionais de erradicação do trabalho infantil (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab., Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Moju, a taxa de homicídios apresentou grande oscilação ao longo do período. Iniciou com um patamar elevado em 2019 (cerca de 40 homicídios por 100 mil habitantes), caiu para 38 em 2020 e 29 em 2021, mas sofreu um forte pico em 2022, atingindo 45,6 – o maior valor da série. Em 2023, houve recuo para 31, ainda assim acima do mínimo anterior. Essa instabilidade pode refletir fatores como disputas territoriais, violência interpessoal, variações no policiamento ou mudanças em dinâmicas criminais locais, exigindo monitoramento constante (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tocantins, a taxa também apresentou variações, mas com um padrão mais estável. Começou em 28 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, subiu progressivamente até 2022, quando chegou a 38, e recuou para 29 em 2023. A tendência sugere que, apesar de aumentos pontuais, houve controle mais consistente da violência letal na região, possivelmente resultado de políticas de segurança pública mais estruturadas e atuação integrada entre os municípios (Gráfico 29).

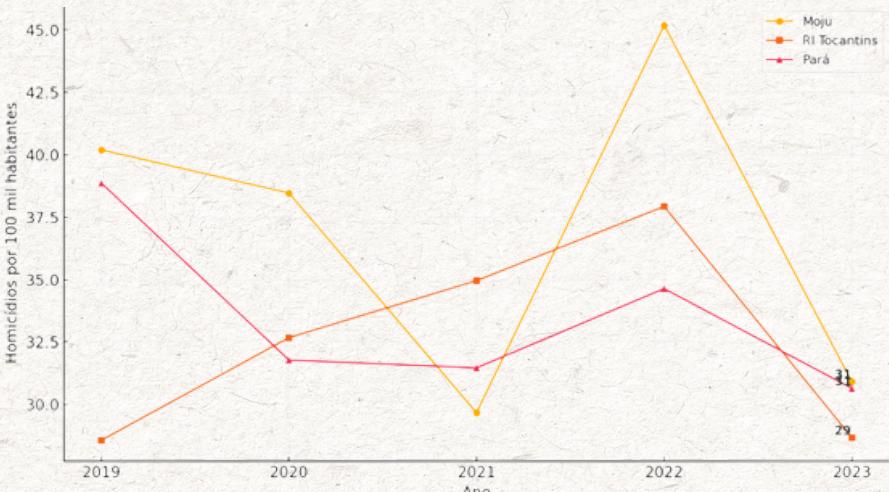
No estado do Pará, a trajetória da taxa de homicídios foi de queda contínua até 2021

(de 38,6 em 2019 para 31,4), seguido de leve aumento em 2022 (34,6) e nova redução para 30,7 em 2023. Essa evolução revela um avanço geral na contenção da violência letal, embora os valores ainda estejam acima das médias consideradas aceitáveis pela OMS. A melhora pode estar ligada ao fortalecimento das forças de segurança, ações de mediação de conflitos e programas sociais voltados à juventude em áreas de maior vulnerabilidade (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Moju x RI Tocantins x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab., Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Moju apresentou forte oscilação no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB. Em 2018, o gasto era de cerca de 9,5%, mas saltou significativamente para 20,9% em 2019, indicando um possível aumento de investimentos ou retração da atividade econômica. Após leve recuo para 15,3% em 2020, houve um colapso em 2021, com a taxa caindo praticamente a zero – um comportamento atípico que pode estar relacionado a inconsistências de registro ou drástica redução do gasto público em ano pandêmico. Em 2022, o valor voltou a subir de maneira expressiva, alcançando 22,6%, o maior da série (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento do indicador foi mais estável e consistente. Os valores variaram de 12,9% em 2018 para 15,7% em 2022, com pequenas oscilações intermediárias. Destaca-se um leve declínio em 2020 (12%) seguido de recuperação nos anos seguintes, possivelmente refletindo os efeitos da pandemia sobre o orçamento público regional e a posterior retomada de investimentos. A trajetória regional sugere uma administração mais equilibrada e menos suscetível a variações abruptas (Gráfico 30).

No estado do Pará, o padrão também foi de estabilidade, com o percentual girando entre 10,7% e 13% do PIB ao longo

do período. A menor variação em relação a Moju reflete a maior resiliência da estrutura estadual, com capacidade de absorver choques econômicos sem grandes desvios na proporção de gastos públicos em relação ao PIB. A leve alta observada em 2022 pode sinalizar uma recuperação da capacidade fiscal ou aumento de despesas com políticas públicas após os impactos da pandemia. A comparação geral revela que Moju teve o comportamento mais volátil entre os três níveis analisados (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Moju x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa no município de Moju apresentou crescimento expressivo, passando de cerca de 1 ponto por 100 habitantes em 2019 para 5 pontos em 2023. A expansão foi mais acentuada a partir de 2021, quando o indicador dobrou em dois anos consecutivos, indicando um esforço de ampliação da infraestrutura digital local. Esse avanço pode estar associado à crescente demanda por conectividade, especialmente impulsionada pelo contexto da pandemia de COVID-19 e pela digitalização de serviços públicos e educacionais (Gráfico 31).

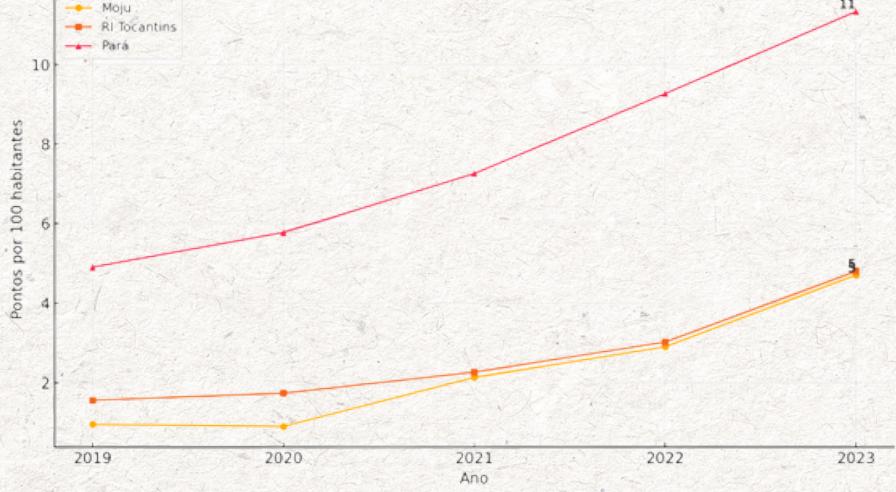
Na Região de Integração Tocantins, o crescimento tam-

bém foi contínuo, mas com ponto de partida e trajetória levemente superior à de Moju. O índice evoluiu de aproximadamente 1,6 em 2019 para 5,1 em 2023, com aceleração mais marcante a partir de 2021. Essa evolução reflete um movimento regional de fortalecimento do acesso à internet fixa, importante para a inclusão digital e para a redução de desigualdades entre áreas urbanas e rurais. O fato de Moju ter se igualado à média da RI em 2023 pode sinalizar políticas locais bem-sucedidas ou maior atratividade para investimentos em telecomunicações (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez, manteve desempenho consis-

tentemente superior ao dos demais recortes analisados. A taxa subiu de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11 em 2023, mais que dobrando no período. Esse crescimento sólido e progressivo revela uma tendência estadual de consolidação da banda larga fixa como vetor de desenvolvimento, sobretudo nos grandes centros urbanos. No entanto, a diferença em relação aos níveis municipais e regionais evidencia ainda uma disparidade de acesso no interior do estado, sinalizando a necessidade de estratégias específicas para interiorização da conectividade (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



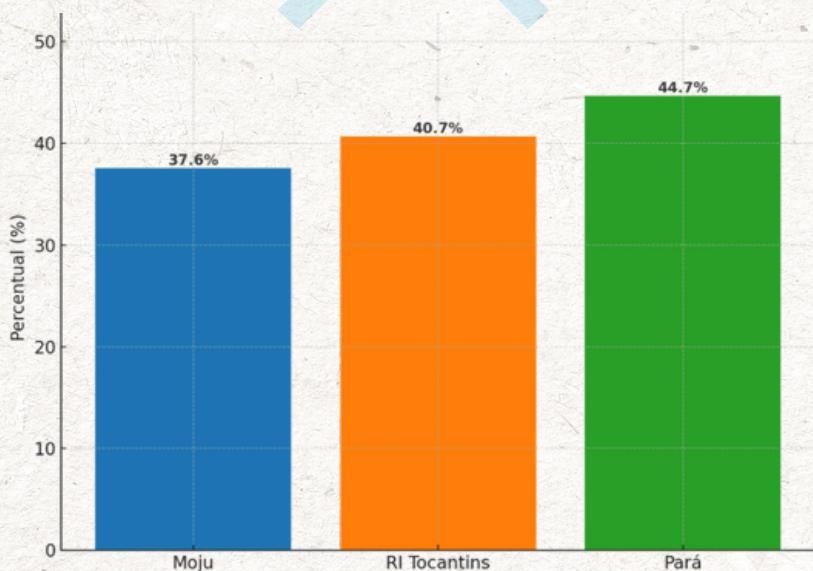
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Moju** registrou um IDS de **37,6%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Moju x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



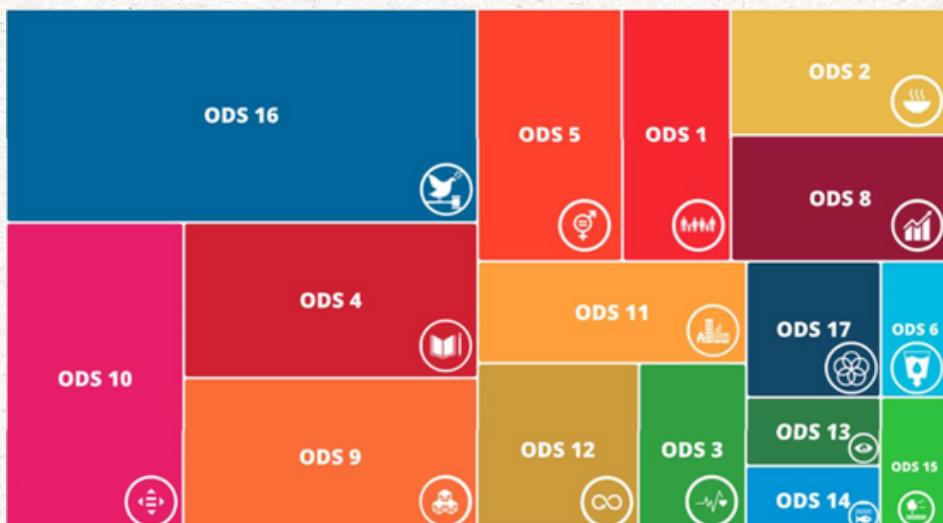
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Moju na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Moju e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

